

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO ESPECIAL 32º CONGRESSO DOS PETROLEIROS DE MG - 20 DE JULHO DE 2018



LUTAR E RESISTIR: A PETROBRÁS É DO POVO!

Veja nesta edição:

3, 4 e 5 Especial Greve 2018: luta e resistência dos petroleiros derruba presidente da Petrobrás

6 Dois anos de golpe: o que perdemos?

8 Sindipetro/MG investe em melhorias para atender associados



EDITORIAL

LUTAR E RESISTIR: nossa única saída, nossa maior força

Nos últimos anos, temos vivenciado momentos tristes e angustiantes em nosso País. Desde aquele segundo turno das eleições de 2014, nós não tivemos mais sossego. Pouco a pouco, a situação política e econômica brasileira foi se transformando em um pesadelo sem fim, uma novela com seguidos capítulos cada vez mais dramáticos. O quadro político conturbado – e desfavorável para nós, trabalhadoras e trabalhadores – obrigou-nos a assumir uma tarefa em nome da nossa própria sobrevivência: **lutar e resistir**.

Vimos uma conspiração aberta das elites econômicas e políticas brasileiras resultarem em um golpe. Vimos um processo de criminalização de lideranças, de movimentos e de um partido político que ousou pensar num País mais justo e soberano. Vimos a intensificação de um modelo econômico de completa entrega do nosso patrimônio e de destruição dos direitos do povo. Vivemos a angústia por ver a maior liderança popular da história deste País presa injustamente. Vimos, por mais uma vez, a Petrobrás no centro desse vendaval.

Essa diretoria do **Sindipetro/MG** assumiu, há um ano, o desafio de representar e organizar essa categoria que, por mais de uma vez na história, foi alçada ao olho do furacão da disputa política nacional. Tendo como maior desafio o enfrentamento ao processo de privatização da Petrobrás e a luta contra a destruição de direitos da categoria petroleira, o Sindicato tinha também de lidar com uma peculiaridade local: reconstruir os laços de confiança com a base.

Hoje, reunidos em nosso Congresso local, vivenciamos tempos ainda difíceis e incertos, mas de cabeça erguida e com um sentimento de que estamos no caminho certo. Nossa última greve, certamente um dos momentos mais importantes da nossa história, simbolizou o resultado do esforço dessa diretoria e dessa categoria em lutar – juntos, e até o fim – em defesa da Petrobrás e do Brasil. Não se trata apenas da satisfação por empurrar vala abaixo um de nossos algozes – Pedro Parente – mas de, a partir da luta coletiva, realimentar a esperança no coração dessas trabalhadoras e trabalhadores

No final das contas, enfrentamos o último período entre muitas derrotas e algumas poucas, mas importantes, vitórias. Em meio a tempos tão duros, não podemos nem nos iludir com nossas conquistas, nem nos assustar com as porradas que vierem. Para além de nossas diferenças e das dificuldades impostas pela atual conjuntura, o aprendizado que fica é que não conseguiremos enfrentar tantos desafios sem a unidade, a confiança e cumplicidade entre nós, petroleiras e petroleiros de Minas Gerais. Entre vitórias e derrotas, enquanto seguir o golpe, nossa tarefa seguirá sendo a mesma: lutar e resistir, juntos, por uma Petrobrás a serviço do povo e por um Brasil mais justo e soberano.

CHARGE

“Descarga” por Vitor Teixeira



AGENDA DE LUTAS

JULHO

20 e 21: 32º Congresso dos Petroleiros do Estado de Minas Gerais;

24: Seminário Nacional dos Petroleiros Terceirizados e do Setor Privado, em Salvador (Bahia);

26: ato da FUP contra privatização da RNEST (PE);

28: festival latinoamericano LulaLivre, no Rio de Janeiro;

AGOSTO

1 a 5: VI Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros (PlenaFUP), no Rio de Janeiro;

10: Dia do Basta! Atos em todo o País para exigir um basta de desemprego, de aumento do preço do gás de cozinha e dos combustíveis, de retirada de direitos da classe trabalhadora, de privatizações e de perseguição ao ex-presidente Lula;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinicius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thais Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br

CATEGORIA PETROLEIRA CONQUISTA

VITÓRIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS

Apesar dos reiterados golpes contra à classe trabalhadora, a categoria petroleira também tem motivos para comemorar e para manter a mobilização que vem sendo construída desde os primeiros ataques - boa parte delas, inclusive e por incrível que pareça, na esfera jurídica.

Foi na Justiça que a categoria obteve a garantia de alguns direitos que estavam sendo descumpridos pela Petrobrás. O principal deles foi a decisão favorável aos petroleiros no Incidente de Uniformização Jurisprudencial (IUJ) referente ao complemento da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR).

O processo estava suspenso e ações que já tinham até transitado em julgado foram interrompidas, como foi o caso da ação coletiva de Minas Gerais, movida pelo **Sindipetro/MG**. No entanto, a recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) uniformizou a jurisprudência colocando fim à longa batalha judicial iniciada em 2010.

Agora, a assessoria jurídica encarregada dos processos do Sindicato deu início às providências para a retomada das ações que se encontravam suspensas.

A expectativa do advogado Sidnei Machado, responsável pelos processos coletivos de Minas, é de que as ações voltem a tramitar em um prazo entre 30 e 120 dias.

Outra importante vitória da categoria petroleira no âmbito jurídico foi a suspensão do equacionamento do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP), também conhecido como Plano Petros 1 (PP-1). A decisão ainda é liminar, mas já suspendeu as cobranças em Minas Gerais e em outros estados do País.

No caso de Minas, a primeira decisão foi obtida em fevereiro deste ano, mas a Petros descumpriu a liminar. As cobranças só foram suspensas de



Petroleiros comemoram saída de Pedro Parente da Petrobrás e encerram greve de 72 horas na portaria da Regap, em Betim. Foto: Gabi Borghi

fato a partir de maio, quando uma segunda liminar obtida pelo Sindipetro/MG determinou a suspensão dos descontos pelo teto e a realização do equacionamento pelo mínimo - o que demanda a elaboração de um novo plano de equacionamento por parte da Petros.

VITÓRIAS POLÍTICAS

As mais importantes vitórias obtidas pela categoria ao longo deste ano estão na esfera política. O pedido de demissão de Pedro Parente - que era o principal representante da política de venda de ativos praticada na Petrobrás - durante a greve dos petroleiros é uma dessas conquistas históricas e que demonstram a força que os trabalhadores têm.

A política privatista ainda não foi alterada, bem como a política de preços dos combustíveis, mas a queda de um nome ligado a toda essa lógica é fruto da forte mobilização da categoria. A resposta dada pelo Judiciário à

greve dos trabalhadores - com a criminalização da mobilização - também só reforça esse argumento.

Outra importante vitória foi a liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que proibiu que o governo venda o controle acionário de empresas públicas de economia mista, como é o caso de Petrobrás, Eletrobras e Banco do Brasil, sem autorização do Legislativo.

Essa medida forçou a Petrobrás a suspender o processo de privatização das refinarias Landulpho Alves (RLAM), na Bahia; Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco; Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul; e Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; e também vale para a Araucária Nitrogenados S.A. e a Transportadora Associada de Gás.

O anúncio é uma grande vitória para os trabalhadores que, desde o golpe, denunciam os prejuízos da privatização. Inclusive, a última greve

realizada pelos petroleiros foi justamente reivindicando a saída de Pedro Parente e o fim da privatização e das políticas a ela associadas, como o aumento dos preços dos combustíveis para atender aos interesses do mercado internacional.

E, mais recentemente, a pressão dos petroleiros que percorreram os gabinetes dos senadores no início de julho também conseguiu adiar a votação do projeto de entrega do pré-sal às multinacionais.

O presidente da Casa, senador Eunício de Oliveira (MDB/CE), se comprometeu a não colocar o texto em pauta antes do recesso parlamentar, que ocorre entre 18 e 31 de julho.]

O substitutivo do Projeto de Lei nº 8.939/2017, aprovado no final de junho na Câmara dos Deputados sem debate com a categoria e com a sociedade, autoriza a Petrobrás a abrir mão de 70% dos cinco bilhões de barris de petróleo da cessão onerosa do pré-sal a empresas estrangeiras.

DOIS ANOS DE GOLPE: O QUE PERDEMOS?

Os últimos dois anos não têm sido fáceis. Desde o golpe político de 2016, a democracia e o povo brasileiro vêm sofrendo reiteradas perdas: o congelamento de verbas para saúde e educação; a retirada de direitos trabalhistas e o fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são alguns exemplos de prejuízos sentidos por toda a população brasileira.

E não tem sido diferente para os petroleiros. A categoria que tanto obteve conquistas nos governos Lula/Dilma passa agora por graves ataques - que vão desde a retirada de direitos até a privatização da Petrobrás.

Nos últimos anos, a estatal sob gestão de Pedro Parente se desfez de 14 ativos nas áreas de biocombustíveis, exploração e produção, distribuição e transporte em dutos no Brasil e no exterior. Recentemente, a direção da empresa negociava também a venda de quatro refinarias nas regiões Nordeste e Sul e a privatização e fechamento das Fábricas de Fertilizantes (Fafen's). No entanto, os processos foram suspensos por uma liminar do STF que proíbe a venda de empresas públicas sem a aprovação do Congresso Nacional.

Além disso, a Petrobrás realizou sucessivos Programas de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV's), com objetivo de reduzir o custo da empresa com pessoal. Mais de 15 mil trabalhadores deixaram a estatal entre janeiro de 2014 e julho de 2017, elevando consideravelmente os índices de acidentes nas unidades da empresa, especialmente nas refinarias.

A categoria também tem amargado inúmeras retiradas de direitos e tem visto cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) serem rasgadas pela empresa. Foi assim com a redução dos números mínimos, o desrespeito à diversas Normas Regulamentadoras, o aumento das terceirizações e até a redução na qualidade da alimentação fornecida aos operadores. Em Minas, o **Sindipetro/MG** denunciou o problema e uma inspeção da Petrobrás comprovou as irregularidades.



Ato em defesa da previdência pública em Belo Horizonte, MG. Petroleiro Sérgio Marlon e "vampirão da Tuiuti" representam a perda de direitos do povo brasileiro após o golpe de 2016. Foto: Thais Mota

Mais recentemente, a Petrobrás também apresentou um Plano de Carreira e Remuneração (PCR) em substituição ao Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC), que foi construído sem debate com a categoria. Mais do que isso, o Plano ainda fere a Constituição e o próprio ACT.

Também os aposentados tiveram grandes perdas. O equacionamento do Plano Petros 1 (PP-1), feito pela Petros considerando o teto da dívida e sem qualquer auditoria, foi mais novo golpe contra a categoria. Em algumas situações, principalmente no caso dos petroleiros não repactuados, a cobrança engoliu até 40% da remuneração dos beneficiários, penalizando drasticamente a renda das famílias.

A cobrança foi suspensa em quase todos os estados brasileiros por meio de liminares obtidas pelos sindicatos. Porém, o avanço do golpe não parou por aí: foi divulgado na imprensa um novo plano de previdência com o objetivo de solucionar o déficit do PP-1. Entretanto, esse plano sequer foi discutido ou apresentado aos usuários, além de atropelar todo o trabalho que vinha sendo realizado há nove meses

no do Grupo de Trabalho da Petros - criado em novembro de 2017 para discutir alternativas ao equacionamento.

Tudo isso reforça o que os sindicatos da FUP vêm dizendo desde 2016: o golpe tem a Petrobrás como centro, afinal o petróleo é uma das principais fontes energéticas do mundo.

PLANOS DE SAÚDE

Outra ameaça aos petroleiros foi a resolução publicada pelo governo em janeiro com objetivo de implantar um sistema paritário de contribuição nos planos de saúde de servidores públicos e de estatais. Atualmente, as estatais federais pagam uma parcela maior - 75% do custeio, em média.

A medida ainda não foi implementada pela Petrobrás graças ao ACT 2017/2019 dos petroleiros. Conquistado após mais de quatro meses de negociações, os trabalhadores de todo o Sistema Petrobrás estão protegidos dessa medida até o fim do Acordo.

Mesmo com a garantia, a categoria petroleira já sofre com um intenso processo de sucateamento da AMS, seja no atendimento ou em sua rede credenciada. Inúmeros problemas re-

latados em Minas foram denunciados pelo Sindipetro/MG. Após várias cobranças, a AMS anunciou a retomada do atendimento presencial em agosto.

PRÉ-SAL

Tão logo Temer assumiu o governo e já acabou com o regime de partilha, que previa a Petrobrás como operadora única e com participação mínima de 30% em todos os campos exploratórios do pré-sal. Agora, o controle é das multinacionais.

Nos últimos três leilões de pré-sal, realizados pela ANP, a Petrobrás sequer participou de todos os pleitos pela exploração das reservas. No último leilão, que aconteceu em junho, o governo vendeu os barris a R\$ 0,23.

Recentemente, os deputados aprovaram o Projeto de Lei 8939/17, que autoriza a Petrobrás a abrir mão de 70% dos 5 bilhões de barris de petróleo da cessão onerosa do pré-sal, o que pode custar à Petrobrás R\$ 500 bilhões. O desmonte sobre o pré-sal também prejudicou o Fundo Social Soberano, que garantia 75% dos recursos do pré-sal para a educação e 25% para a saúde.

Especial Greve 2018

LUTA E RESISTÊNCIA DOS PETROLEIROS DERRUBA PRESIDENTE DA PETROBRÁS

A unidade da categoria petroleira foi fundamental para a queda de Pedro Parente - o principal responsável pela atual política de privatizações na Petrobrás e pelos sucessivos aumentos dos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha no Brasil. Ambas as medidas fazem parte de um plano maior que passa pela entrega do pré-sal e do mercado de combustíveis brasileiro para a exploração por parte de empresas estrangeiras.

A greve, aprovada no início de maio em todo o País, tinha como reivindicação principal o fim das privatizações e era uma resposta ao recente anúncio de venda de 60% de quatro refinarias da Petrobrás. A data de início do movimento ainda não tinha sido definida, até que estourou a greve dos caminhoneiros que parou o Brasil no final de maio.

Foi então que motoristas de caminhão cruzaram os braços de Norte a Sul do País denunciando a alta do diesel e exigindo do governo a redução ou isenção de impostos sobre o combustível.

A partir daí, os petroleiros passaram a denunciar que a carga tributária no Brasil é alta e desigual, revelando a necessidade de uma reforma tributária, mas que o principal responsável pela recente alta nos combustíveis era a política de preços da Petrobrás - política esta comandada por Pedro Parente e reflexo de uma política do governo Michel Temer voltada para a privatização da empresa.

“Nós conseguimos qualificar o debate levantado pelos caminhoneiros. Colocamos nossa pauta contra a privatização, contra a redução de carga nas refinarias, contra a venda das plataformas, gasodutos e malhas de dutos e conseguimos dialogar com a população furando a bolha da mídia para mostrar e denunciar esse desmonte na Petrobrás. É como se os



Greve dos petroleiros na portaria da Regap, em Betim, no dia 1º de junho de 2018. Movimentos sociais e outras categorias apoiaram a greve da categoria, que saiu vitoriosa com a demissão de Pedro Parente da Petrobrás. Foto: Gabi Borghi

caminhoneiros fossem aquele jogador que tirou a bola do fundo do campo e foi até o outro lado, mas nós emplacamos o gol que derrubou o Pedro Parente ao ampliarmos o debate não só para a questão do diesel, mas também para os combustíveis e derivados de petróleo como um todo”, avalia o coordenador do Sindipetro Norte Fluminense, Tezeu Freitas Bezerra.

Em todo o País, a categoria iniciou no dia 29 de maio uma greve de 72 horas. Entretanto, em razão da pressão da Petrobrás e do Judiciário, diversas bases suspenderam o movimento.

No entanto, contrariando o indica-

tivo da FUP, os petroleiros de Minas mantiveram a paralisação, realizaram um grande ato na portaria da Regap no último dia - 1º de junho - e, enquanto avaliavam o encerramento do movimento, foram surpreendidos com a notícia do pedido de demissão de Pedro Parente.

“É como se os caminhoneiros fossem a quele jogador que tirou a bola do fundo do campo e foi até o outro lado, mas nós emplacamos o gol que derrubou o Pedro Parente ao ampliarmos o debate não só para a questão do diesel, mas também para os combustíveis e derivados de petróleo como um todo”

Tezeu Freitas Bezerra, coordenador do Sindipetro Norte Fluminense

De acordo com o diretor da FUP e do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori, o movimento grevista como um todo não poderia ter sido melhor.

“A greve foi uma das mais bem su-

cedidas nos últimos 12 anos. Ela extrapolou os portões da refinaria e tivemos resultados claros e rápidos, como o pedido de demissão de um diretor de assuntos estratégicos da Shell, que foi colocado como conselheiro da Petrobrás [José Alberto de Paula Torres Lima]; a pesquisa do Datafolha mos-

trando que 75% da população se posicionou contra venda da Petrobrás; e o pedido de demissão do então presidente Pedro Parente. A greve se encerra com sentimento

de coletividade, vitória e solidariedade. A maior conquista dessa greve foi o avanço que obtivemos como categoria organizada”, avaliou Alexandre Finamori.

Especial Greve 2018

GREVE DOS PETROLEIROS LEVOU DEBATE DA CATEGORIA PARA A GRANDE MÍDIA

Um fato novo e que talvez tenha sido um diferencial para levar a pauta da greve dos petroleiros de 2018 aos quatro cantos do País foi o poder de vocalização de novos discursos - o que foi permitido com o advento da internet.

Nessa linha, o vídeo do coordenador do **Sindipetro/MG**, Anselmo Braga, em entrevista à Rádio Super, de Betim (MG), que viralizou nas redes sociais pode ter sido o que faltava para que o debate sobre os preços dos combustíveis atrelado ao mercado internacional como parte de uma estratégia para privatização da Petrobrás ganhasse a sociedade.

Em menos de uma semana, petroleiros de todo o País também cruzaram os braços e a mídia passou a dar espaço à denúncia que há quase dois anos vinha sendo feita pela FUP e seus sindicatos.

Só em Minas Gerais, foram mais de 60 reportagens sobre a greve da categoria ou sobre a política de preços dos combustíveis. Diretores do **Sindipetro/MG** concederam diversas entrevistas ao vivo em programas televisivos e em rádios de Minas e até mesmo do exterior. Também foram fontes de jornais e portais de notícias.

“Há dois anos vínhamos denunciando sobre as consequências da política privatista de Parente e Temer para a sociedade, mas não éramos ouvidos. Graças ao vídeo do Anselmo [Braga], à força da nossa categoria e ao timing da greve dos caminhoneiros levamos para a população a nossa narrativa sobre a crise do preço dos combustíveis:



Categoria petroleira de Minas Gerais em greve de 72 horas na portaria da Regap, em Betim, pelo fim da política de preços adotada pela Petrobrás e pela saída de Pedro Parente da presidência da estatal. Foto: Gabi Borghi

ao invés de focar na questão da carga tributária como principal responsável pelos aumentos, deslocamos a atenção dos brasileiros para a responsabilidade da atual direção da Petrobrás nesse apagão”, disse o diretor de comunicação do Sindipetro/MG, Felipe Pinheiro.

A pauta foi levantada também pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que realizou duas audiências públicas na mesma semana e aprovou diversos requerimentos em favor dos petroleiros e do povo brasileiro - como a reversão da multa imposta aos sindicatos, o fim da política de preços dos combustíveis pareada ao barril

de petróleo e ao mercado internacional e a saída de Pedro Parente da presidência da Petrobrás.

Diversos movimentos sociais que estão ao lado do Sindicato também apoiaram essa luta. Um ato convocado pela Frente Brasil Popular reuniu centenas de pessoas na Praça 7, centro de Belo Horizonte, nos dias que antecederam a greve dos petroleiros.

Já durante a paralisação, milhares de trabalhadores de diferentes categorias e representantes dos mais diversos movimentos ocuparam a portaria da Regap juntamente com os petroleiros e comemoraram juntos a demissão de Pedro Parente.



Vídeo do coordenador geral do Sindipetro/MG, Anselmo Braga, viralizou nas redes sociais e levou o debate sobre a política de preços da Petrobrás para a mídia e para o povo brasileiro. Foto: Reprodução



Petroleiros (as) votam pelo fim da greve após demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobrás. Foto: Gabi Borghi

Especial Greve 2018

CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS COMO PARTE DO GOLPE POLÍTICO



Um fator que também esteve muito presente na greve dos petroleiros de 2018 foi a criminalização da luta dos trabalhadores. Não que seja um movimento novo no Brasil, mas na história de luta da categoria, segundo o diretor da FUP e do Sindipetro Unificado de São Paulo, João Antônio de Moraes, esse talvez tenha sido um dos ataques mais intensos e diretos.

Ele relembra que, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, as mobilizações trabalhistas eram fortemente criminalizadas, mas nunca o Judiciário havia fixado multa tão pesada quanto agora.

“Na greve dos petroleiros de 1995 foi que o Judiciário trabalhista inaugurou essa questão da multa às entidades sindicais. O valor estipulado na época foi de R\$ 2,1 milhões por 30 dias - sendo R\$ 100 mil por sindicato. Desta vez, foram R\$ 2 milhões por dia para cada sindicato. Claro que já se passaram mais de 20 anos e seria preciso calcular a inflação de todo esse período, mas podemos dizer a grosso modo que, em valores absolutos, a multa atual foi 30 vezes maior que a de 1995”, afirmou.

A paralisação de 72 horas que

derrubou Pedro Parente foi condenada antes mesmo de seu início. Uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou a greve dos trabalhadores ilegal e aplicou uma multa diária a cada sindicato no valor de R\$ 500 mil, em caso de descumprimento. A Petrobrás recorreu e, no primeiro dia de greve, a multa já havia sido majorada para R\$ 2 milhões por dia por entidade sindical.

Não bastasse a tentativa da Justiça de deslegitimar o movimento, também a própria empresa usou de algumas estratégias para criminalizar a greve e intimidar sua força de trabalho.

A gerência da Regap, assim como as gerências de outras unidades da Petrobrás, enviou cartas às residências de petroleiros durante a paralisação intimando a categoria a voltar a assumir seus postos de trabalho. Nas cartas, a empresa afirmava que quem não voltasse ao trabalho imediatamente estava sujeito a sanções.

Após o encerramento da greve, também foram aplicadas punições a vários trabalhadores como forma de retaliação. Em Minas, um petroleiro levou uma suspensão de cinco dias por ter deixado seu posto

de trabalho no final de seu turno no primeiro dia de greve – o que é um direito de todo trabalhador. Vários outros empregados receberam cartas de advertência.

Ainda segundo Moraes, a força desmedida utilizada pela Justiça e pelo governo contra os petroleiros revela duas intenções centrais do golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff do Planalto em 2016.

“A primeira delas foi fragilizar as condições de trabalho porque o golpe foi, acima de tudo, empresarial, e buscou piorar as condições de trabalho, rebaixar os salários e, como consequência, aumentar o desemprego. Então, atacar os petroleiros dessa forma tem como viés atacar as organizações sindicais para sim piorar as condições de trabalho. Mas também não podemos nos esquecer que o golpe busca entregar nossos recursos naturais, notadamente o pré-sal e nossas empresas públicas. E os petroleiros são, sem sombra de dúvida, a linha mestra da defesa da Petrobrás e do grande bem natural que representa o pré-sal”.

O assessor jurídico da FUP, Normando Rodrigues, também reforça o papel da Justiça na manutenção do golpe ao considerar a

greve dos petroleiros ilegal antes mesmo que ela acontecesse.

“Em lugar de investigar se a Constituição era ferida pela exportação de óleo cru, renda e empregos, e importação de derivados, dívidas e desemprego, a solução fácil do Judiciário foi a de proteger Temer e Parente, em detrimento da população. Proibiram a Greve! A proibição é significativa. Tanto mais que se seguiu a duas semanas de omissões quanto à greve dos caminhoneiros e locaute das empresas de transporte rodoviário”.

AMEAÇA A DIRIGENTES

João Antônio de Moraes apontou ainda um fato novo em relação ao processo de criminalização realizado contra a categoria petroleira na última greve que foi a perseguição às lideranças sindicais. “Isso é inusitado porque o pressuposto da democracia é que quem defende os trabalhadores tenha uma imunidade pessoal - com relação a garantia no emprego, mas também com relação ao uso da palavra. Então, essa ameaça aos dirigentes eu diria que é a principal novidade quando o Judiciário inclusive ameaça o patrimônio pessoal de cada um dos dirigentes sindicais”, disse.



SINDIPETRO/MG INVESTE EM MELHORIAS PARA ATENDER ASSOCIADOS

Há pouco mais de um ano, assumia a diretoria colegiada eleita para administrar o **Sindipetro/MG** no triênio 2017/2020. Um dos principais compromissos da atual direção ainda durante as eleições foi a renovação aliada à experiência.

Dessa forma, sob a coordenação de Anselmo Braga, o Sindicato tem realizado diversas mudanças em sua gestão e estrutura para atender melhor aos associados, sem perder o compromisso que a instituição sempre teve com a categoria.

“Essa diretoria foi eleita com a responsabilidade de responder a um grande anseio por mudanças vindo da base, especialmente depois de um processo eleitoral tão disputado. Nós temos trabalhado numa série de melhorias no Sindicato, justamente para buscar reconstruir uma relação de confiança com a categoria”, afirmou Anselmo Braga.



COMUNICAÇÃO

Uma das primeiras mudanças foi a reformulação do site e da logomarca do **Sindipetro/MG** - ambos pensados de forma a tornar a comunicação entre Sindicato e categoria mais ágil, dinâmica e eficaz.

A equipe de comunicação também ganhou reforço e passou a elaborar textos a partir de estudos feitos pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep), além de pautar a imprensa nacional e mineira para abordar temas relacionados ao petróleo.

Além disso, no início deste ano, o Sindicato também passou a produzir semanalmente o jornal “O Petroleiro”. Com mais espaço, o veículo semanal agora traz a opinião da diretoria colegiada no espaço do Editorial, criou

as colunas fixas de Agenda, Informes e Giro pelas Categorias. Também foi criada a coluna Voz da Base - publicada sempre que a categoria envia informações para a diretoria ou para o setor de comunicação do **Sindipetro**.



JURÍDICO

Outra mudança realizada para atender demandas da própria categoria foi a troca da coordenação jurídica do **Sindipetro/MG**, que desde setembro de 2017 foi assumida pelos advogados Denise e Caio Gabriel Ferreira Marcondes, do escritório Ferreira Marcondes e Advogados Associados. Eles já tinham um convênio para atendimento de ações previdenciárias dos petroleiros desde março do ano passado, que inclusive têm sido vitoriosas nos pleitos relacionados à revisão de benefícios do período especial.



FORMAÇÃO

Com o objetivo de estreitar a relação com petroleiros da ativa e aposentados, a diretoria realizou diversos seminários com a base - para discutir a situação dos trabalhadores e da **Petrobrás** no cenário atual, estratégias de mobilizações e conjuntura política e econômica.

Também foram realizadas palestras para debater temas como AMS, Benefício Farmácia e Petros, especialmente voltadas a questões relacionadas ao equacionamento do Plano Petros 1. Entre os palestrantes, o Sindicato recebeu o ex-ouvidor da Petros e diretor da Sindicato Unificado de São Paulo, Carlos Cotia; o conselheiro eleito da Petros, Paulo César Martin; e o dirigente do **Sindipetro/RS** e integrante do GT da Petros, Hélio Libério.

Além disso, o Sindicato passou a realizar com mais frequência setoriais na porta da Regap e Termelétrica Au-

reliano Chaves e visitas às unidades para conversar e conhecer de perto as condições de trabalho de cada setor.



CULTURA

Em junho deste ano a **Petrobrás** suspendeu o patrocínio dado aos corais de trabalhadores e aposentados da estatal em todo o País.

No entanto, o **Sindipetro/MG** decidiu assumir parte do custo do coral da Regap e o grupo também passou a ensaiar no auditório do Sindicato todas as quartas-feiras. O primeiro ensaio aconteceu no dia 4 de julho.

Em abril, o Sindicato sediou o lançamento da Enciclopédia do Golpe I e II, obra produzida pelo Instituto Defesa da Classe Trabalhadora (Declatra), que analisa o papel das instituições no golpe de 2016.



INFRAESTRUTURA

Em relação à infraestrutura, o Sindicato realizou uma obra no galpão de sua sede para que o espaço possa ser utilizado como um salão de convivência pelos associados e seus familiares.

Foi construída uma cozinha com churrasqueira, congelador e fogão industrial, e uma saída para a garagem - o que torna a entidade acessível para pessoas com deficiência física ou dificuldade de locomoção.

A obra ainda não foi concluída, pois será construído um mezanino onde ficarão as salas dos diretores. Já a antiga sala da diretoria passará a ser a secretaria de aposentados.

O auditório também foi ampliado e a cozinha principal passou por uma pequena reforma, de modo a garantir mais comodidade aos associados.



POLÍTICA DE GÊNERO

Em março de 2018 foi realizado o

1º Encontro de Mulheres Petroleiras de Minas Gerais. A reunião reuniu nove petroleiras da ativa e aposentadas, entre elas as diretoras Leticia Duval, Márcia Lima e Maria Edna Vieira.

O encontro debateu os desafios enfrentados pelas mulheres no cotidiano e, principalmente, no Sistema **Petrobrás**. Também foram apresentadas demandas e reivindicações e apontadas sugestões e críticas à política de gênero da empresa e também do Sindicato.

A partir do Encontro, as mulheres se organizaram em um grupo e oito delas participaram do 6º Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP, que aconteceu entre os dias 27 e 29 de abril em Natal (RN). Essa foi a maior comitiva enviada por Minas ao encontro de mulheres.



APOIOS

O **Sindipetro/MG** também tem ampliado sua relação com outras categorias, movimentos sociais e parlamentares. Isso tem sido fundamental para o enfrentamento contra os ataques à classe trabalhadora.

O Sindicato participa e apoia diversas lutas travadas por movimentos sociais em busca de um mundo mais justo, entre eles o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Levante Popular da Juventude, entre outros.

Além disso, compõe a Frente Brasil Popular, a Plataforma Operária e Camponesa de Energia e o movimento Quem Luta Educa.

Todas essas organizações e categorias também estão juntas do sindicato e participaram da greve que culminou no pedido de demissão do então presidente da **Petrobrás**, Pedro Parente, em junho deste ano.